

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTES JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONST

Processo Adm. nº: 61/2020 **Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL **Registro de Preço**
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
Forma de Pagto. / Reajuste: CONFORME CONTRATO / SEM
Prazo de Entrega/Exec.: 60 DIAS
Local de Entrega: SEDE DA PROPONENTE -
Urgência:
Vigência: 12 MESES
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

| Item | Quantidade | Unid. | Descrição | Preço Unit. Máximo | Total Previsto |
|------------------------------|------------|-------|---|--------------------|----------------|
| 1 | 1,000 | SERV | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTES JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES | 113.217,3000 | 113.217,30 |
| Total Geral -----> | | | | 113.217,3000 | 113.217,30 |

Matos Costa, 10 de Dezembro de 2020.

Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Secretaria Municipal da Educação

Rua: Tereza Cristina, s/n, centro - CEP: 89.420-000

Fone: (49) 572-13-80

Fax: (49) 572-11-21

e-mail: educacao@matoscosta.sc.gov.br



Ofício nº 47/2020

Matos Costa, 09 de dezembro de 2020.

Ilma Senhora
Camila Carneiro
Setor de Licitação

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, no uso das minhas atribuições venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência a abertura de procedimento licitatório, de acordo com as dotações vigentes no exercício corrente.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalação de sistema de microgeração de energia solar fotovoltaica conectados a rede (ongrid) compreendendo a elaboração do projeto executivo, a aprovação deste junto a concessionária de energia, o fornecimento montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, nas unidades consumidoras escolares.

JUSTIFICATIVA: A instalação de energia solar nas escolas traz grandes benefícios à educação. Mais do que a economia pela redução das despesas de conta de luz, a instalação de painéis fotovoltaicos representa uma oportunidade para que os alunos conheçam de perto o funcionamento de uma fonte moderna, limpa e renovável.

Além de economizar com a conta de energia, instalar placas solares fotovoltaicas nas escolas tem um efeito pedagógico. Ao verem na prática o funcionamento de um sistema de geração de energia limpo, eficaz e eficiente, os alunos percebem que a sustentabilidade não é apenas possível como financeiramente interessante. Em outras palavras, o uso inteligente dos recursos traz ganhos em qualidade e finança.

Além dos benefícios de cortes de gastos com conta de energia e segurança energética, a instalação de placas fotovoltaicas têm incentivos fiscais. Assim, o investimento na tecnologia é interessante social, econômica e ambientalmente.

Além disso, devido a instalações de equipamentos que elevaram consideravelmente o valor da energia, é essencial para redução de custos, tornando possível investir onde realmente importa:





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Secretaria Municipal da Educação

Rua: Tereza Cristina, s/n, centro - CEP: 89.420-000

Fone: (49) 572-13-80

Fax: (49) 572-11-21

e-mail: educacao@matoscosta.sc.gov.br



modernizar os equipamentos, treinar a equipe, melhoria na infraestrutura dos espaços, realizar eventos e oferecer mais atividades educativas aos alunos.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para apresentar minhas considerações.

Atenciosamente,

Sônia Terezinha Ribas
Secretária Municipal de Educação

Nome: Polcarmino
Data: 10/12/2020
Ass: _____





Proposta Comercial

Proposta Técnica Comercial para Fornecimento Conectado à Rede Elétrica

Caçador, 10 de Dezembro de 2020

Prezado, Prefeitura de Matos Costa

Conforme solicitado, encaminho para sua apreciação nossa proposta comercial para fornecimento de sistema de geração fotovoltaico conectado à rede elétrica com potência de 25,42 kWp

Sobre a Empresa

A **Vivolt Engenharia Ltda.** Foi fundada em 2018 pelos irmãos Vinicius Granemann e Volney Granemann que em seu DNA trazem sua preocupação com a Sustentabilidade. Com um engenheiro especialista em Energias Renováveis e Eficiência Energética formado pela UFPR a empresa foca sua atuação em Micro e Mini Geração Fotovoltaica, em análise, projeto, instalação e pós-vendas.

Nossos módulos fotovoltaicos (painéis solares) têm classificação "A" do INMETRO no quesito de eficiência energética. Além disso, nossos produtos têm certificações internacionais como: TUV, UL IEC e VDE.

| Energia (Elétrica) | |
|--|--------------------|
| Fabricante | WORLD PHOTOVOLTAIC |
| Modelo | MONO 60W |
| Material | SILÍCIO MONO |
| Mais eficiente | |
| A | A |
| B | |
| C | |
| D | |
| E | |
| Menos eficiente | |
| EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (%) | 16,0 |
| Área Efetiva do Módulo (m ²) | 1,63 |
| Potência Máx. Módulo de Energia (W/m ²) | 32,56 |
| Potência (em Condições Padrão - 1000W/m ²) | 262,00 |
| Certificação de eficiência energética de acordo com o INMETRO | |
| PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica | |
| APROVAÇÃO, REGISTRO E CERTIFICAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM RELACIONADO COM O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA | |



A seguir, os dados do projeto e proposta de fornecimento.

1. Dados da instalação

Cliente: Prefeitura Matos Costas

Endereço: Matos Costas

Valor pago por Kwh fora de ponta: R\$ 0,72

2. Sistema Fotovoltaico

Sistema fv conectado à rede com consumo

| Dados climáticos | Matos Costa, BRA (2010 - 2020) |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Potência do gerador fotovoltaico | 25,42 kWp |
| Area do gerador fotovoltaico | 124,4 m ² |
| Quantidade de módulos | 62 |
| Quantidade de inversores | 1 |

3. Rendimento

O rendimento

| | |
|---|------------------|
| Energia do gerador fotovoltaico (rede c.a.) | 30.131 kWh |
| Autoconsumo direto | 11.193 kWh |
| Injeção na rede | 18.938 kWh |
| Limitação no ponto de injeção | 0 kWh |
| Autoconsumo | 37,1 % |
| Fração solar | 37,9 % |
| Rendimento anual específico | 1.185,32 kWh/kWp |
| Desempenho do sistema (PR) | 80,8 % |
| Emissões de CO ₂ evitadas | 18.079 kg/ano |

4. Configuração do sistema

4.1. Areas do módulo

Gerador fotovoltaico, 1. Área do módulo - Área do módulo 1

| | |
|------------------------------|---|
| Nome | Area do módulo 1 |
| Módulos fotovoltaicos | 62 x RSM144-6-410M |
| Fabricante | Risen Energy |
| Inclinação | 16 ° |
| Orientação | Leste 90 ° |
| Situação de montagem | Paralelo ao telhado - boa ventilação traseira |
| Area do gerador fotovoltaico | 124,4 m ² |

4.2. Configuração do inversor

Configuração 1

| | |
|-----------------------|--------------------------------|
| Área do módulo | Área do módulo 1 |
| Inversor 1 | |
| Fabricante | SOFAR |
| Modelo | SOFAR - 20000TL |
| Quantidade | 1 |
| Fator dimensionamento | 127,1 % |
| Configuração | PMP 1: 2 x 16 PMP 2: 2 x 15 |

5. Simulação

| Sistema fotovoltaico | |
|---|------------------|
| Potência do gerador fotovoltaico | 25,4 kWp |
| Rendimento anual específico | 1.185,32 kWh/kWp |
| Desempenho do sistema (PR) | 80,8 % |
| Energia do gerador fotovoltaico (rede c.a.) | 30.131 kWh/Ano |
| Limitação no ponto de injeção | 0 kWh/Ano |
| Emissões de CO ₂ evitadas | 18.079 kg/ano |
| Consumidores | |
| Consumidores | |
| Consumo em espera (Inversor) | 29.500 kWh/Ano |
| Consumo total | 0 kWh/Ano |
| Excedente de energia | 29.500 kWh/Ano |
| Fração solar | 630,9 kWh |
| | 102,1 % |

6. Escopo da Proposta

Nesta proposta comercial, estão inclusos os serviços de solicitação de acesso, projeto executivo incluindo *as-built*, parecer técnico de acesso, montagem eletromecânica do gerador fotovoltaico com fornecimento de materiais, compreendendo a montagem das estruturas, montagem dos módulos fotovoltaicos, instalação e fornecimento dos inversores, *string* boxes e quadro CC e CA, fornecimento e lançamento/conexão de cabos, eletrocalhas para passagem dos cabos, aterramento do sistema, comissionamento/testes pré-operação/partida e implantação da conexão, seguro de engenharia para a instalação e 1 ano de seguro do equipamento conforme apólice entrega ao cliente.

7. Preço, condições de pagamento e cronograma prévio.

Considerando o sistema proposto acima, o preço e condições são:

| | |
|--------------------------------|----------------|
| Gerador Fotovoltaico 25,42 kWp | R\$ 115.000,00 |
|--------------------------------|----------------|

Prazo de Entrega: em 50 dias a partir da aprovação do pedido.

Esta Proposta tem validade de 15 Dias.

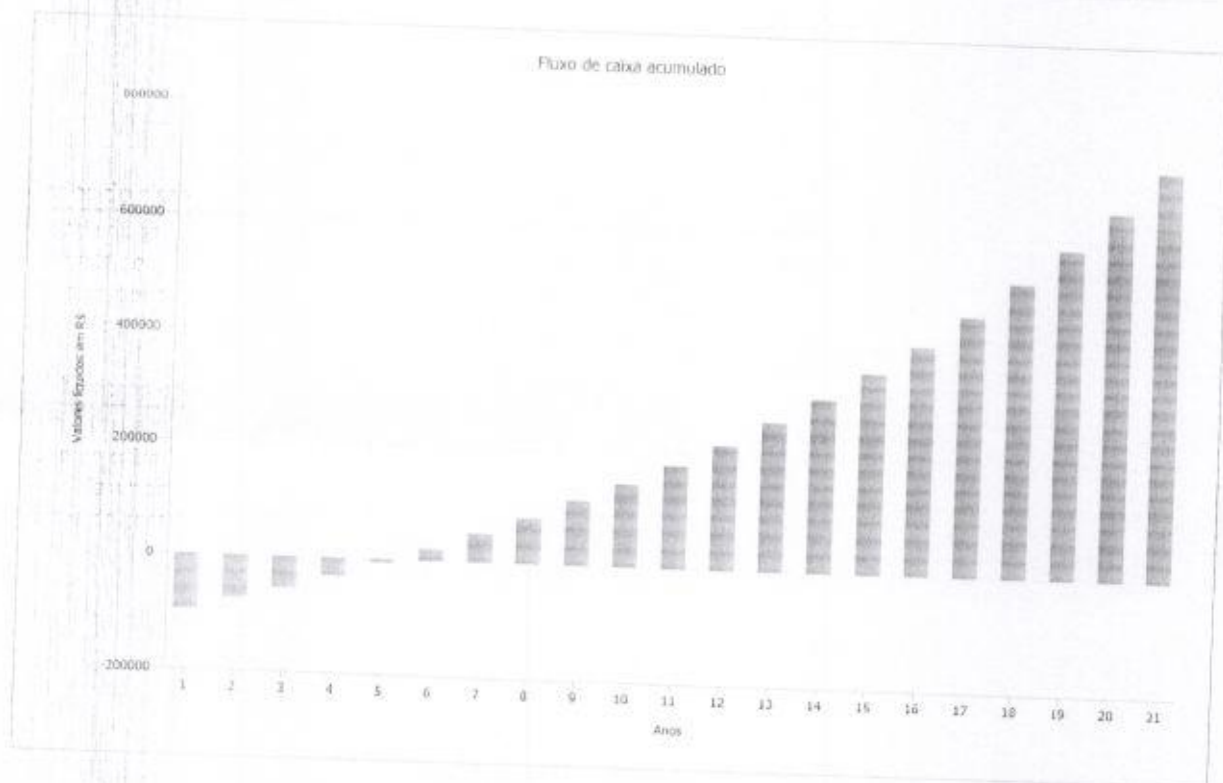
8. Análise financeira.

Dados do sistema

| | |
|---|----------------|
| Energia do gerador fotovoltaico (rede c.a.) | 30.131 kWh/Ano |
| Potência do gerador fotovoltaico | 25,4 kWp |
| Início da operação do sistema | 01/02/2021 |
| Prazo do projeto | 20 Anos |

Parâmetros econômicos

| | |
|------------------------------|----------------|
| Taxa interna de retorno | 23,50 % |
| Fluxo de caixa acumulado | 721.141,25 R\$ |
| Prazo de amortização | 5,2 Anos |
| Custos de geração da energia | 0,2 R\$/kWh |



9. Garantias conta defeitos de fabricação.

Painel Fotovoltaico Risen: 12 Anos direto com a distribuidora

Inversor: 7 Anos direto com a distribuidora

Serviço de Instalação: 1 Ano direto com a Vivolt Engenharia.

Seguro: 1 Ano de seguro de equipamento.

A fim de prestar o melhor serviço possível e garantir a satisfação de nossos clientes, a VIVOLT coloca-se à disposição para esclarecimentos.

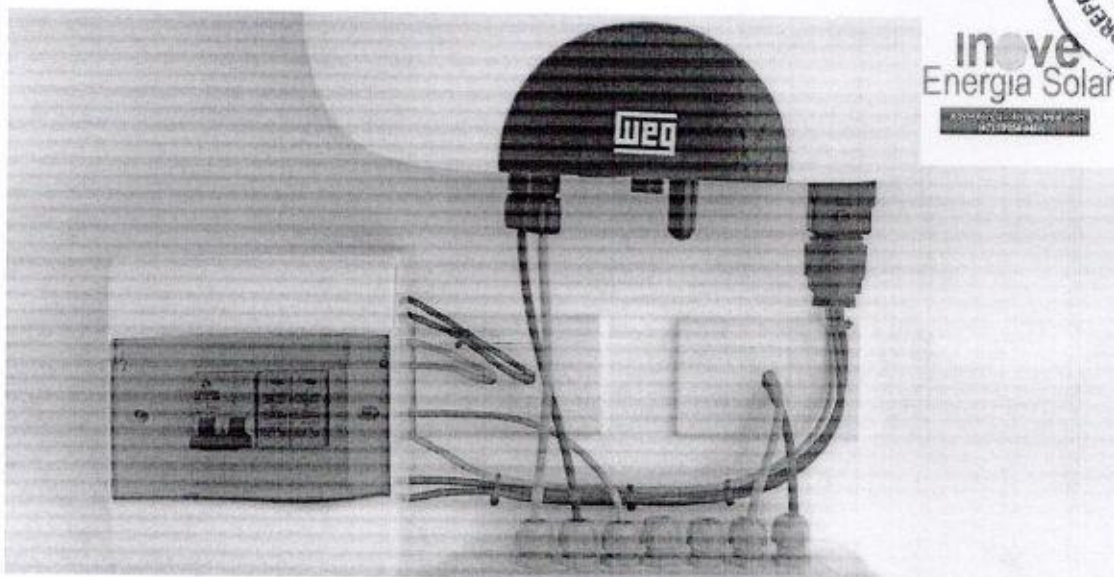
Atenciosamente.



Fernando Ribeiro da Silva
Consultor de Vendas
☎(49) 9 9911 8119



Rua Ivens de Araújo, 479
Centro - Lebon Régis/SC CEP: 89515-000



Projeto: Prefeitura Municipal de Matos Costa

11/12/2020

Sidnei Nogueira

INOVE Energia Solar

Tel: (42) 99954-4408

E-mail: energiasolarinove@gmail.com

Parceiro: Eng Eletr Fábio Paes - CREA 112087-2
(FP Engenharia Elétrica)

Sobre a Empresa

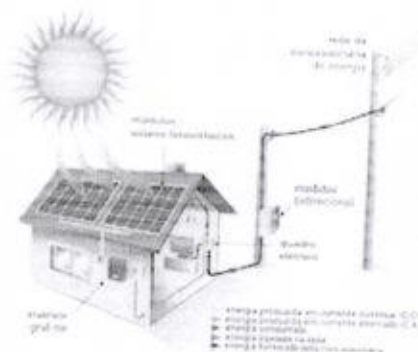
Somos referência em Projeto e Instalação de Energia Fotovoltaica no interior de Santa Catarina, sediados em Porto União, temos como compromisso contribuir para o desenvolvimento sustentável, por meio da implementação de projetos de geração de energia solar fotovoltaica. A INOVE Energia Solar é uma empresa especializada em energia fotovoltaica, trazendo aos clientes o que há de melhor no mercado para que você possa produzir sua própria energia.

Para garantir o desenvolvimento de projetos com excelência, a INOVE conta com a parceria dos melhores fornecedores, utilizando equipamentos de alta tecnologia com grande eficiência e durabilidade. Isso tudo para garantir a satisfação de nossos clientes, que estão cada vez mais conscientes e buscam soluções completas, de excelente qualidade e sem esquecer do preço.

Energia Solar Fotovoltaica

A irradiação solar incide sobre as Placas Solares Fotovoltaicas, que, por meio de uma reação físico-química faz a geração de eletricidade em Corrente Contínua, após passar por um sistema de proteção, chamado de String Box CC, essa Energia é injetada no inversor.

A função do Inversor é transformar a Energia Elétrica Corrente Contínua em Energia Elétrica Corrente Alternada. Após a conversão, a Energia passa pela proteção de Corrente Alternada, String Box CA, para em seguida ser conectada à entrada de Energia do local, em paralelo com a energia da Concessionária (Copel).



Diferencial da Energia Solar

- ❖ Investir em energia solar, hoje, é antecipar uma consciência sustentável que, em breve, será uma tendência irreversível no mundo, dado a necessidade de diversificarmos nossa matriz energética e o tamanho dos benefícios envolvidos tais como:
 - Economia financeira;
 - Pioneirismo Tecnológico;
 - Valorização Imobiliária;
 - Redução de emissão de gases poluentes no planeta.

Legislação

O Sistema solicitado será conectado à rede de energia elétrica da Concessionária de Energia do local da instalação (Copel), seguindo o conceito de Microgeração Distribuída conforme resolução da ANEEL 482/2012 (Alteração RN-687/2015). Todos os equipamentos utilizados para a Instalação do Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica são Certificados pelo Inmetro, com "Classificação A" e homologados pela Concessionária de Energia.

1 | Sistema Solar Conectado a Rede

Dimensionamento: O dimensionamento do sistema fotovoltaico no empreendimento foi feito conforme os dados entregues a INOVE, levando-se em consideração o perfil de consumo energético.

SOLAR 25,73kWp

Características Gerais do Sistema:

| | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| Potência Pico do Sistema: 25,73kWp | Número de Módulos: 62 |
| Módulos: 415W Monocristalinos | Número de Inversores: 01 Unidade |

Características Estruturais:

| | |
|---|--|
| Área Estimada do Sistema: 124,4 m ² | Média HSP Anual: 4,58kWh/m ² /dia |
| Peso Aproximado por m ² : 11,4 kg/m ² | Perdas Estimadas: 24% |

2 | Geração de Energia Elétrica e Vantagens do sistema

O sistema solar fotovoltaico conta com inúmeras vantagens, entre elas:



Sua conta protegida da inflação energética



Painéis solares com vida útil de 30 anos



Valorização imediata do imóvel



Baixo impacto ambiental e energia de fonte limpa



Retorno do seu investimento a partir de 05* anos

2.1 | Disclaimer de Informações

- > A estimativa de geração média apresentada foi calculada em um cenário ideal. Por se tratar de uma fonte intermitente e sensível à fatores externos, a geração pode sofrer variações positivas ou negativas em decorrência das características físicas do telhado, sombreamento e/ou posicionamento dos módulos.
- > A produção de energia do seu sistema está relacionada a radiação solar mensal da localidade assim como sobre a inclinação, sombreamento e posicionamento do local de instalação dos módulos. Como há variação da radiação solar durante os meses do ano, a geração pode variar.
- > kWpico é a medida utilizada para definir a máxima potência instantânea em corrente contínua gerada pelo Sistema Fotovoltaico a 1000W/m² disponíveis de radiação solar.
- > kWh é a soma de energia total gerada em um dado período de tempo.
 - * Foi considerado 12,65% de perdas por temperatura, 0,97% de perdas na conversão CC-CA, 8,05% de perdas por sujeira e sombreamento e 2,3% de perdas no cabeamento, totalizando 23,97% de perda.

** Os valores apresentados são estimativas e baseiam-se em medições de anos passados fornecidas por um banco de dados do CRESESB, NASA e PVsyst e variam de acordo com o mês do ano em que se mede a produção e de fatores meteorológicos específicos de cada ano e já consideram perdas de inversão e fiação.

*** A economia financeira estimada é calculada admitindo-se que 60% do consumo elétrico mensal será compensado através de crédito energético e 40% compensados concomitantemente à geração, de acordo com Nota Técnica nº 0056/2017 - SRD/ANEEL.

3 | Módulos Solares

Características Técnicas:

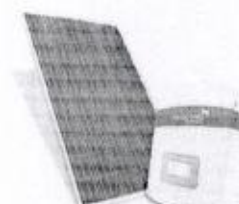
| | |
|---------------------------------|-------------------------|
| Potência: | 415W |
| Garantia (Defeitos de fábrica): | 12 anos |
| Garantia (80% de eficiência): | 25 anos |
| Marca: | RENO-415P - Mono |
| Peso kg: | 22,8 kg |



4 | Inversor

Características Técnicas:

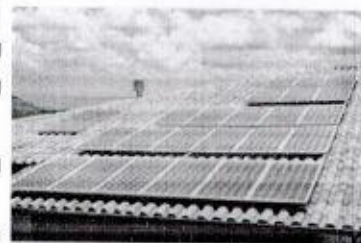
| | |
|---------------------------|---------------------------------------|
| Modelo: | Inversor 30,0 kW - RENO-30K-LV |
| Fabricante: | Renovigi |
| Garantia:: | 5 anos (troca) |
| Sistema de Monitoramento: | Wireless |
| Tensão de Funcionamento: | 220 V |



5 | Estrutura de Fixação

Características Técnicas:

| | |
|---------------------|--------------------|
| Tipo de Superfície: | A Verificar |
| Material: | Alumínio |
| Garantia: | 5 anos |



Obs: Não contempla correção de inclinação

6 | Estimativa Comercial INOVE

ATENÇÃO: Conforme solicitado segue uma estimativa de custos do sistema fotovoltaico. os valores não refletem com exatidão o valor da execução, podendo variar positiva ou negativamente. para a cotação dos valores exatos são necessárias informações detalhadas do local e da conta de energia.

6.1 | Kit + Despesas Diversas

- > Valor do Kit Fotovoltaico:.....R\$ 96.446,00;
- > Fios, conectores, acessórios:.....R\$ 4.500,00;
- > Serviços de Instalação:..... R\$ 5.422,00;
- > Projetos e taxas:..... R\$ 3.136,00;
- > Solicitação de Acesso à Rede:.....R\$ 1.648,00.

Valor Total: 111.152,00

Condições Comerciais

> Entrega em 90 dias a partir de confirmação do negócio.

> Proposta de 11/12/2020

> Proposta válida por 15 dias



| | | | | | |
|---|---|------------------------|--|-----------------------------|------|
| Nome | Prefeitura Municipal de Matos Costa | | | | |
| CPF/CNPJ | 83.102.566/0001-51 | | | | |
| Endereço | Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137, Centro Matos Costa-SC | | | | |
| DIMENSIONAMENTO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO CONECTADO A REDE | | | | | |
| Dados da Unidade Consumidora | | | | | |
| Selecione o Tipo de Conexão Ramal de Entrada: | | Bifásico | | | |
| Consumo Mensal | | | | | |
| Mês de Referência | Consumo (kWh/mês) | | | | |
| jan/20 | 3313 | | | | |
| fev/20 | 3313 | | | | |
| mar/20 | 3313 | | | | |
| abr/20 | 3313 | | | | |
| mai/20 | 3313 | | | | |
| jun/20 | 3313 | | | | |
| jul/20 | 3313 | | | | |
| ago/20 | 3313 | | | | |
| set/20 | 3313 | | | | |
| out/20 | 3313 | | | | |
| nov/20 | 3313 | | | | |
| dez/19 | 3313 | | | | |
| Média | 3313 | | | | |
| Localização | | | | | |
| Selecione a Latitude da Unidade Consumidora (em graus): | | (26,23° S; 51,08° O) | | | |
| Horas de Sol Pico (HSP) | | | | | |
| Digite o HSP Médio Mensal para o Plano Inclinado: | | 4,31 | Fonte: http://www.cresesb.cepel.br | | |
| Mês | HSP (em horas) | Mês | HSP (em horas) | | |
| Janeiro | 4,92 | Julho | 3,40 | | |
| Fevereiro | 4,86 | Agosto | 4,46 | | |
| Março | 4,75 | Setembro | 4,09 | | |
| Abril | 4,10 | Outubro | 4,38 | | |
| Maio | 3,61 | Novembro | 4,98 | | |
| Junho | 3,17 | Dezembro | 5,00 | | |
| Temperatura Ambiente | | | | | |
| Digite a Temperatura Máxima Mensal para a Localidade: | | 23,17 | Fonte: http://www.inmet.gov.br - Est | | |
| Mês | Temperatura Máxima | Mês | Temperatura Máxima | | |
| Janeiro | 26 | Julho | 20 | | |
| Fevereiro | 27 | Agosto | 20 | | |
| Março | 26 | Setembro | 21 | | |
| Abril | 23 | Outubro | 24 | | |
| Maio | 21 | Novembro | 25 | | |
| Junho | 19 | Dezembro | 26 | | |
| Perdas no Arranjo Fotovoltaico | | | | | |
| Selecione o Percentual de Perdas de Potência dos módulos: | | | | | |
| Origem | Descrição | % | Origem | Descrição | % |
| Sombreamento | Objetos Sobre os Módulos | 7,0% | Cabeamento CC | Efeito Joule Circuito CC | 7,0% |
| Sujeira | Poeira, Fuligem, Fezes de Aves | 9,0% | SPMP(MPPT) | Período entre Rastreamentos | 1,2% |
| Tolerância de Potência | Valor Negativo Tolerância Ppa | 0,0% | Conversão CC/CA | Eficiência do Inversor | 5,0% |
| Mismatching | Carac. Elétricas Dif Módulos | 1,6% | Cabeamento CA | Efeito Joule CA | 0,5% |
| inove Energia Solar | | | | | |
| Tipo de Instalação | | | | | |
| Selecione o Tipo de Instalação dos Módulos: | | SOBRE O TELHADO | | | |
| Influência de Temperatura | | | | | |
| Selecione o Percentual de Coeficiente de Temperatura dos Módulos: | | 0,49% | | | |
| Considerações de Projeto | | | | | |
| Custo de Disponibilidade | 50 kWh/mês | Inclinação Ideal | 26° N | | |
| Potência Média Ideal do Inversor | 166% Ppeak | Ângulo Azimutal Máximo | -30°, +30° | | |
| Consumo Médio Mensal | 0 kWh/mês | FDG | 63,23% | | |
| COMPONENTESS DIMENSIONADOS | | | | | |
| Componente | | Potência | | | |
| Inversor Interativo | | 30 | | kW | |
| Arranjo Fotovoltaico | | 25,600 | | kWp | |

G248.00 201211
DB/GLOBALSecretaria Educação de Matos Costa
CEP 89420-000 – Matos Costa - SC

Exmo.º Sr.:

É com imensa satisfação que apresentamos o nosso estudo, para fornecimento e instalação de um **Sistema de produção de energia elétrica por módulos fotovoltaicos** para a escola do município de acordo com o solicitado.

Estamos à inteira disposição para esclarecer e comentar com V/ Exas. o conteúdo do presente orçamento.

1. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Estabelecer os requisitos mínimos necessários para a conexão de agentes classificados como micro ou minigeração de energia elétrica ao sistema da concessionária de energia, em baixa tensão (BT) e em média tensão (MT).

Aplica-se a todos os micro e minigeradores de energia elétrica e a todas as áreas da concessionária de energia envolvida com sua conexão:

- Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica;
- Resolução Normativa ANEEL nº 482, de 17 de abril de 2012, que estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação de energia elétrica;
- Norma Brasileira ABNT NBR 16149: Sistemas Fotovoltaicos (FV) – Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição;

Todo o estudo realizado é baseado nas normas e resoluções vigentes na data do orçamento.

O nosso orçamento prevê, projeto, fornecimento e instalação de um gerador solar fotovoltaico no telhado.

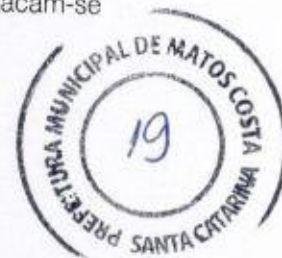
No estudo desta proposta, consideramos não existir qualquer obstáculo, circunstância física, técnica ou legal em suas dependências e instalações correspondentes, impedindo a utilização dos produtos propostos pela GLOBAL.



2. VANTAGENS DA MICROGERAÇÃO

Entre as inúmeras vantagens associadas à utilização da tecnologia fotovoltaica destacam-se algumas das mais importantes;

- Produção da sua própria energia elétrica;
- Investimento com retorno garantido;
- Longa vida útil dos equipamentos;
- Proteção contra os previsíveis aumentos de energia;
- Contribuição para a redução de emissão de CO₂.
- Valorização do imóvel
- Monitoramento remoto do desempenho de geração do SMES via internet*.
- Transferência de crédito em energia (kWh) para outra unidade consumidora dentro da mesma área de concessão, válidos por 60 meses.



* Nota 1: O funcionamento do monitoramento depende da internet do local, e a configuração do mesmo é feita ao término da instalação. Caso o ponto de internet seja providenciado depois do término da instalação, ou, caso o cliente troque a senha da internet ou roteador e perca a comunicação, não será considerado garantia por não se tratar de falha do equipamento e será cobrado um chamado para reconfigurar.

3. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO

Listamos abaixo os itens principais do sistema fotovoltaico descrito no orçamento. Consideramos ainda que a instalação será efetuada em estrutura para telhado inclinado com direção para norte, consideramos também a utilização do aterramento existente na casa ou prédio para interligação de módulos e inversores solares.

| COMPONENTES DO KIT FOTOVOLTAICO | QUANT. |
|---|--------|
| Módulos Monocristalinos Half Cell Jinko Classe A c/ 440 Wp | 58 |
| Inversor Solar de Rede Trifásico 380V Fronius c/ 20 kW | 1 |
| String Box c/ Protetores de Surtos CC | 1 |
| Estrutura p/ telhado | 1 |
| Quadro Proteção de Surtos CA | 1 |

A área total de ocupação dos módulos fotovoltaicos é de aproximadamente 120 m².

O nosso fornecimento inclui ainda todos os acessórios necessários ao bom funcionamento do gerador solar (salvo eventuais exclusões mencionadas neste orçamento), projeto do gerador, processo de viabilização junto da Celesc e Anotação de Responsabilidade técnica do projeto e instalação.

NOTA¹: A potência dos módulos indicado pode eventualmente ser modificada por indisponibilidade no mercado, porém a Global garante o fornecimento da potência linear total indicada na proposta em valor igual ou superior.

4. ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO E RETORNO DE INVESTIMENTO

Apresentamos para sua apreciação uma estimativa de produção de energia e de retorno de investimento do sistema fotovoltaico calculado de acordo com dados geográficos e climatológicos obtidos no INPE e Atlas Solar Brasileiro e ainda dados técnicos fornecidos pelos fabricantes de módulos e inversores.

Para chegarmos aos valores apresentados consideramos a direção 0° Norte dos módulos e com uma inclinação de 25° em local limpo e livre de sombreamentos.

4.1 SIMULAÇÃO DO DESEMPENHO DA INSTALAÇÃO

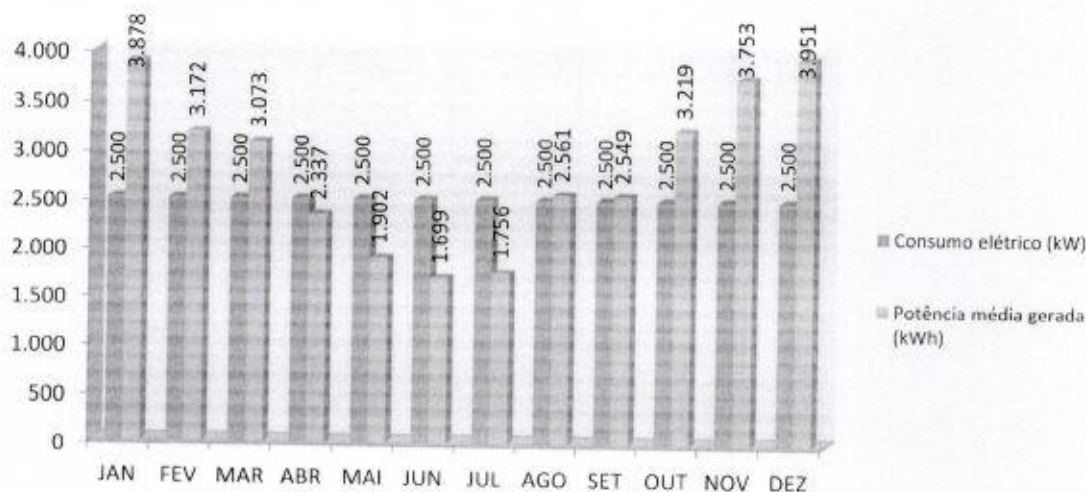
| LOCALIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO | MATOS COSTA |
|---|-------------|
| Potência do gerador solar (kWp) | 25.52 |
| Desempenho STC* do módulo (Wp) | 440 |
| Consumo médio da unidade nos últimos 12 meses** | 30.000 |
| Geração de energia estimada em 12 meses | 33.851 |

*STC = Standart Test Conditions (Condições padrão de teste)

**Valor obtido da fatura de energia da concessionária

4.2 GRÁFICO DE CONSUMO E GERAÇÃO

Gráfico de consumo em kWh de 12 meses conforme informação que foi disponibilizada à GLOBAL através do Termo de Referência. A nossa estimativa de produção foi elaborada de acordo com o descrito no início deste capítulo e prevê a cobertura de aproximadamente 100% dos consumos¹ de acordo com os dados recolhidos.

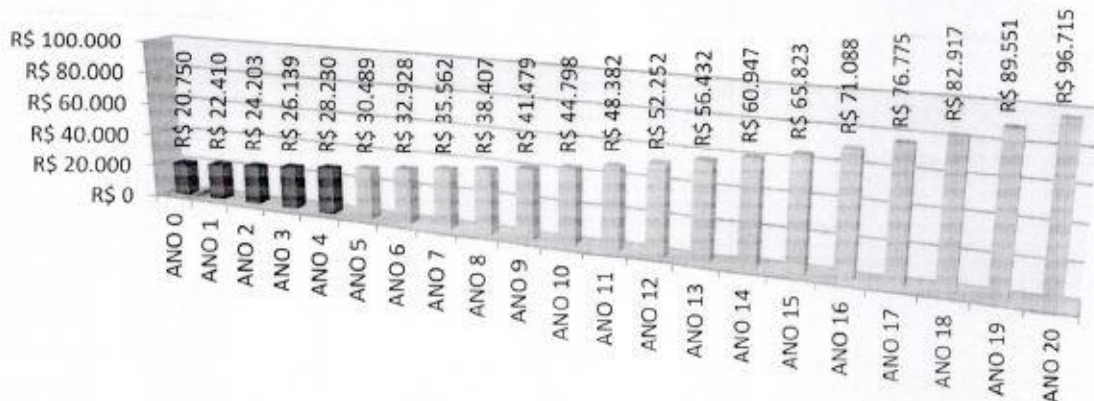


NOTA¹: A porcentagem de estimativa baseia-se única e exclusivamente nos consumos (kWh/mês), não corresponde a valores em R\$.

NOTA²: O sistema de MICROGERAÇÃO não isenta o cliente do custo mínimo de disponibilidade aplicado pela concessionária, que é de 30 kWh (monofásico), 50 kWh (bifásico) 100 kWh (Trifásico) para clientes do grupo B. Tendo também ainda as bandeiras tarifárias, COSIP e impostos.

4.3 GRÁFICO DE ESTIMATIVA DE RETORNO DE INVESTIMENTO

A nossa estimativa de retorno de investimento mostra no valor total de energia pago nos meses anteriores ao nosso estudo. Para o nosso cálculo utilizamos como referência o valor de tarifa pago por kWh na data da proposta, ou a sua média na qual incluímos as bandeiras tarifárias. Nos anos seguintes aplicamos um aumento de energia de 8% ao ano de acordo com dados estimados da inflação média do Brasil e da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) e outras informações disponibilizadas pela ANEEL para o setor elétrico Brasileiro.



O retorno de investimento ocorrerá entre o 4º e o 5º ano de funcionamento do gerador solar e consideramos que a vida útil do sistema será superior a 25 anos.

Valor estimado de economia de energia em 20 anos: R\$ 880.000,00

A amortização tem como base o valor de R\$ 0,70/kWh, valor referente ao tarifário vigente da Celesc.

5. ITENS INCLUSOS NO NOSSO ORÇAMENTO

- o Instalação de módulos fotovoltaicos sobre estrutura de alumínio;
- o Instalação do Inversor solar, preferencialmente em local protegido de chuva e do tempo;
- o Aterramento das estruturas de módulos;
- o Instalação, ligação de cabos e acessórios elétricos necessários à instalação;
- o Projeto do gerador solar (Esquema unifilar, descritivo da instalação e Certificados);
- o Testes, inspeções, emissão de anotação de responsabilidade técnica;
- o A Global cumpre a norma NR 10 de segurança em instalações e serviços em eletricidade e a norma NR 35 de segurança em trabalhos em altura.

6. ITENS NÃO INCLUSOS NO NOSSO ORÇAMENTO

- o Eventuais adequações no padrão, reforço de rede ou troca de transformador solicitadas pela concessionária de energia;
- o Trabalho em fins de semana ou feriado;
- o Eventuais trabalhos de construção civil ou de reforço de telhado que se torne necessário.

7. GARANTIAS

7.1 GARANTIA DE PRODUTO

- o Módulos Fotovoltaicos: 12 Anos de Garantia contra defeitos de fabricação;
- o Inversor Solar de Rede: 7 Anos de Garantia;
- o Instalação: 12 meses de garantia.



7.2 GARANTIA DE EFICIÊNCIA

A fabricante dos módulos fotovoltaicos garante a eficiência do seu produto da seguinte forma:

- o Garantia de potência linear com degradação anual de 0,55% ao longo de 25 anos.

8. CONDIÇÕES COMERCIAIS

8.1 PREÇO DO SISTEMA PROPOSTO

OPÇÃO DE GERADOR FOTOVOLTAICO

Custo total do Gerador Fotovoltaico c/ instalação: R\$ **113.500,00**
(Cento e Treze Mil e Quinhentos Reais)

Impostos: PIS, COFINS – Inclusos; ICMS, IPI – Isentos.

Opções de financiamento: SANTANDER, BANRISUL, SICOOB, SICREDI.

8.2 VALIDADE DA PROPOSTA

O preço apresentado tem validade de 07 dias a contar da data do presente orçamento.

8.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- o 50% com a aceitação da proposta.
- o 40% com a entrega dos equipamentos e ou instalação.
- o 10% com a troca do medidor pela Celesc.
- o Financiamento.



8.4 PRAZOS DE ENTREGA

Algumas etapas dos prazos de entrega são dependentes da concessionária de energia.

- o *Análise de solicitação de acesso 30 dias**;
- o *Instalação até 40 dias após aprovação da solicitação de acesso;*
- o *Inspeção e Conexão á rede até 7 dias úteis após pedido**.

** Estes prazos são estabelecidos por norma em condições normais, mas pode ser prolongados devido a pandemia.*

Estamos à vossa inteira disposição para esclarecer eventuais duvidas na presente proposta.

Pretendendo a formalização de aceite da proposta, agradecemos o envio da mesma devidamente assinada.

Caçador, 11 de dezembro de 2020.

Aceite:

Secretaria Municipal de Educação de Matos Costa

Global Automação Ltda
CPF/CNPJ: 08.585.141/0001-25

ANEXO I

Consumo Considerado para o Estudo:



Elaboração de Projeto Técnico completo com orçamento de materiais e serviços para implementação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica, englobando o consumo das unidades consumidoras das escolas do município de Matos Costa, Santa Catarina. O projeto técnico deve prever a instalação de 1 (um) sistemas de geração de energia solar fotovoltaica sobre o telhado, totalizando 25,4 kWp de inversor, sendo que este deverá ser instalado na unidade consumidora priorizando a melhor eficiência, gerando aproximadamente 2500l kwh/mês, conforme Termo de Referência constante no ANEXO I.

NOTA¹: A presente proposta foi feita com base em um consumo mensal de 2.500 kWh/mês. O sistema foi dimensionado com base nessa média e todo e qualquer aumento de consumo não está considerado.

ANEXO II

Isenção de ICMS

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 238ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 22 de abril de 2015, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e na Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, resolve celebrar o seguinte:

CONVÊNIO

Cláusula primeira. Ficam os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do ICMS incidente sobre a energia elétrica fornecida pela distribuidora à unidade consumidora, na quantidade correspondente à soma da energia elétrica injetada na rede de distribuição pela mesma unidade consumidora com os créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora no mesmo mês, em meses anteriores ou em outra unidade consumidora do mesmo titular, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012. (Redação dada pelo Convênio ICMS Nº 42 DE 16/05/2018).

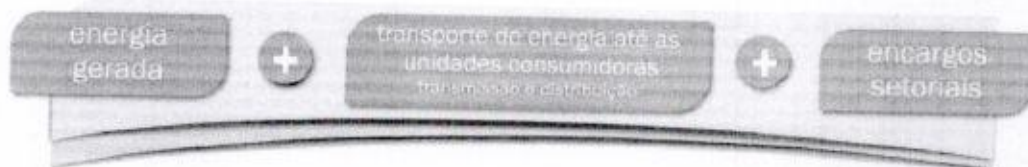
§ 1º O benefício previsto no caput:

I - Aplica-se somente à compensação de energia elétrica produzida por microgeração e minigeração definidas na referida resolução, cuja potência instalada seja, respectivamente, menor ou igual a 1 MW; (Redação do inciso dada pelo Convênio ICMS Nº 130 DE 04/11/2015).

II - não se aplica ao custo de disponibilidade, à energia reativa, à demanda de potência, aos encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição (TUSD), e a quaisquer outros valores cobrados pela distribuidora.

§ 3º Para os Estados do Paraná e de Santa Catarina, o benefício previsto no caput será concedido pelo prazo máximo de **48 (quarenta e oito) meses**, na forma da legislação estadual. (Parágrafo acrescentado pelo Convênio ICMS Nº 42 DE 16/05/2018).

Composição da Fatura



Fonte: ANEEL.

Energia gerada: Valor da energia gerada ou comprada pela concessionária, corresponde a tarifa TE na fatura.

Transmissão e Distribuição: Valor referente ao transporte de energia, desde a fonte geradora até o consumidor, corresponde a tarifa TUSD.

Encargos Setoriais: Encargos da concessionária mais os tributos PIS, COFINS, ICMS.

Hoje, sua fatura de energia é composta apenas de uma única tarifa, denominada CONSUMO, que é a soma da energia gerada + transmissão e distribuição + encargos e tributos, compondo assim o valor final do kWh.

Quando é feito o pedido de isenção de ICMS para microgeração essas tarifas serão desmembradas e serão cobradas de forma individual, pois a isenção de ICMS aplica-se APENAS para o valor da Energia gerada, que aparecerá na fatura de energia como **Consumo Te**. Os valores de **Consumo TUSD** referentes a transmissão e distribuição não tem isenção de ICMS.

www.jinkosolar.com

Jinko Solar
MONO-FACIAL

TR 60M
430-450 Watt
Mono-facial

Tecnologia Thin Ribbon TR

Julgadação de potência positiva de 0-+1%

Tirote Pro



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



Tecnologia TR + Half Cell

A tecnologia TR com Half Cell reduz a resistência em 50% e aumenta a área de célula aumentando assim a eficiência do módulo em até 2% (24%)



MSB em vez de 5BB

A tecnologia MSB diminui a resistência entre os painéis e, o que aumenta a potência do módulo.



Maior vida útil

Degradação de até 2,0% no primeiro ano e 0,55% de depreciação anual.



Melhor garantia na geração

Garantia do produto de 12 anos
Garantia de potência linear de 25 anos



Falta efetivamente lâminas e quebras

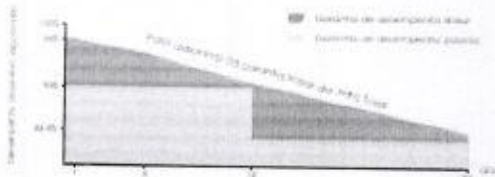
Certificado para suportar carga de vento (2400 Pascal) e carga de neve (1400 Pascal).



- Certificado de fábrica ISO9001 2015, ISO14001 2015, ISO45001 2018
- Produtos com certificação IEC61730, IEC61215

GARANTIA DE DESEMPENHO LINEAR

Garantia de 12 anos pelo produto - Garantia de 25 anos de potência linear
Degradação anual de 0,55% ao longo de 25 anos





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
MATOS COSTA - SANTA CATARINA



DECRETO N.º 104/2020 – de 08 de julho de 2020.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiros e Equipe de Apoio".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão permanente de Licitações - CPL do Município de Matos Costa, a qual será composta pelos seguintes membros:

- I - Camila Carneiro - investida no cargo de provimento em carreira de Digitadora de processamento de dados;
- II - Dalton Fagundes - investido no cargo de provimento em comissão - Secretário Municipal de Saúde;
- III - Fabiana Granemann - investido no cargo de provimento em carreira de auxiliar administrativo I.

Art. 2º. A Comissão será presidida pelo Senhor Dalton Fagundes, Secretariada pela Senhora Camila Carneiro, e terá como membro a Senhora Fabiana Granemann.

Art. 3º - Ficam designadas as servidoras, Eliane Aparecida Castilho, Oderlaine Novenia Schwuartz Moraes e Elaine Cristina Castilho para atuarem como pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da administração direta e indireta do município de matos costa.

Rua Manoel Lourenço de Araújo, n.º 137 - Centro - CEP: 89.420-000
CNPJ: 83.102.566/0001-51 - Fone Fax: (49) 3572-1111 - 3572-1121
e-mail.: prefeitura@matoscosta.sc.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
MATOS COSTA - SANTA CATARINA



Art. 4º. As atribuições e competências da Comissão Permanente de Licitação, do Pregoeiro são aquelas definidas na legislação Federal e Municipal

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto n.º 061/2019 – de 08 de julho de 2019.

Matos Costa, 08 de julho de 2020.




RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.



Dirceu Joaquin de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM



Oderlaine N.S. Moraes
Assistente Administrativo II

Rua Manoel Lourenço de Araújo, n.º 137 - Centro - CEP: 89.420-000
CNPJ: 83.102.566/0001-51 - Fone Fax: (49) 3572-1111 - 3572-1121
e-mail.: prefeitura@matoscosta.sc.gov.br



MATOS COSTA-SC CIDADE DO MEL ECOLÓGICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 1/1

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO


O(a) Prefeito Municipal, RAUL RIBAS NETO, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

| | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------|
| A - Processo Nr.: | 61/2020 | Registro de Preço |
| B - Modalidade: | PREGÃO PRESENCIAL | |
| C - Forma de Julgamento: | MENOR PREÇO GLOBAL | |
| D - Forma Pgto./ Reajuste: | CONFORME CONTRATO / SEM | |
| E - Prazo Entrega/Exec.: | 60 DIAS | |
| F - Local de Entrega: | SEDE DA PROPONENTE | |
| G - Urgência: | | |
| H - Vigência: | 12 MESES | |
| I - Objeto da Licitação: | REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTES JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONST | |
| J - Observações: | | |
| K - Convidados: | | |

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

Matos Costa, 10 de Dezembro de 2020.


RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL



Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTES JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

RECIBO

A Empresa _____ retirou este edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail: _____ ou pelo fax _____, e /ou endereço _____, CEP: _____ aos _____/_____/_____
Assinatura _____

Obs: este documento deverá ser preenchido e enviado através do e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br aos cuidados do Pregoeiro ou Equipe de Apoio, que não se responsabilizarão pelo não envio de informações posteriores (adendos/suspensão/ esclarecimentos) referentes ao Edital, se a empresa não transmitir as informações acima descritas.



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020



REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51, representado neste ato, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº 104/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** – Ata de Registro de Preços. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Departamento de Compras e Licitações do Município de Matos Costa, localizado à Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Centro, Matos Costa, SC, no máximo até as **09:00 horas do dia 22 (vinte e dois) de dezembro de 2020** para abertura no mesmo dia às **09:15 horas** no Departamento de Compras e Licitações do Município, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** consoante às condições estatuidas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, e demais legislações aplicáveis.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTA JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.**

1.1.1 - O projeto técnico deve prever a instalação de 1 (um) sistemas de geração de energia solar fotovoltaica sobre o telhado, totalizando 25,4 Kwp de inversor, sendo que este deverá ser instalado na unidade consumidora priorizando a melhor eficiência, gerando aproximadamente 2500l kwh/mês

1.2 - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A prestação de serviço do objeto do presente certame será realizado em conformidade com as especificações técnicas, cronogramas, prazos, local e condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação anexa.

1.2.1 - A partir da prestação de serviço, o setor requisitante fará avaliação a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

1.2.2 - Concluída a prestação de serviços, o recebimento do mesmo dar-se-á na forma do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.2.3 - De acordo com a legislação o beneficiário da Ata é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

1.2.4 - Após o recebimento definitivo, o beneficiário da Ata responderá por vícios por ventura apresentados pelo objeto licitado, no seu prazo de validade.

1.2.5 - O beneficiário da Ata deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.

1.2.6 - Caso adjudicatário não apresente situação regular no ato de retirada do Empenho, ou recuse-se a retirá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para retirá-lo.



1.2.7 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para retirada do Empenho, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

1.2.8 - São obrigações da empresa ADJUDICATÁRIA, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

- a) Observar e cumprir a Legislação e Regulamentos.
- b) Fornecer, para aprovação da Contratante, antes de iniciar o serviço, todos os desenhos de detalhamento que sejam necessários, e os catálogos dos materiais construtivos e equipamentos especificados, com curvas de rendimento, assinalando seus pontos de seleção, quando for o caso.
- c) Entregar à Fiscalização, antes do início dos serviços, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) da elaboração dos projetos executivos e da execução do serviço, de todos os profissionais envolvidos.
- d) Contratar mão-de-obra suficiente, impondo ritmo e produtividade adequada ao objetivo pretendido, para cumprimento do cronograma estabelecido.
- e) Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais direta e indiretamente aplicáveis.
- f) Observar, no desenvolvimento deste empreendimento, as normas e códigos aplicáveis ao escopo do empreendimento, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Normas e Regulamentos Internos da Prefeitura Municipal de Matos Costa, normas da concessionária local (CELESC) e da agência reguladora (ANEEL) e em especial às especificações gerais e normas abaixo relacionadas serão consideradas como elementos base para quais quer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos.
- g) Considerar, onde estas faltarem ou forem omissas, as prescrições, indicações, especificações normas e regulamentos internacionais reconhecidos pelo setor como referência técnica, bem como condições de instalação de equipamentos que compõem os sistemas.
- h) Ser executadas todas as instalações, ensaiadas e testadas de acordo as especificações.
- i) Responsabilizar-se, mesmo após a conclusão dos serviços, a refazer ou corrigir, às suas expensas, os serviços que tenham sido comprovadamente executados com imperfeições técnicas.
- j) Responder única e integralmente pela execução dos serviços na forma da legislação em vigor. A atuação da FISCALIZAÇÃO não exime a CONTRATADA das suas responsabilidades. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA.
- k) Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por seus funcionários aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio da Prefeitura Municipal de Matos Costa, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros.
- l) Executar os serviços previstos neste documento nos horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis. m) Quando solicitado previamente, poderá executar os serviços inclusive em fins de semana, feriados ou fora do horário de funcionamento do setor, sempre que o CONTRATANTE entender que as atividades não podem ser interrompidas no período normal da jornada de trabalho, sem custos adicionais para a CONTRATANTE como adicional noturno, horas extras, etc.
- n) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e objeto do contrato.
- o) arcar com todas as despesas com o fornecimento, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta;
- p) manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da Lei 8.666/93);
- q) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico licita@matoscosta.sc.gov.br, devendo constar na nota fiscal eletrônica no item "dados adicionais" o endereço de entrega do produto, nos termos do RICMS01, anexo 5, art. 36, VII, "a".
- r) Fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e



mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução.

s) Responsabilizar-se pelos operários serem especializados e usarem uniformes, identificações e equipamentos de proteção individual previsto pelas normas de medicina sobre higiene e segurança do trabalho, cujo não atendimento, poderá resultar na paralisação dos serviços pela FISCALIZAÇÃO.

t) Manter organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

u) Estocar e armazenar os materiais de forma segura a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

1.3 - DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

1.3.1 - Dentro do período de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o Órgão Gerenciador e/ou Órgão Participante emitirá "NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA"/NOTA DE EMPENHO e a LICITANTE VENCEDORA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para retirá-la. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Órgão Gerenciador/Órgão Participante.

1.3.1.1 - O Órgão Gerenciador/Órgão Participante reserva-se o direito de enviar a mencionada "Nota de Autorização de Despesa"/Nota de Empenho via fac-símile ou via endereço eletrônico (e-mail).

1.3.1.2 - O não comparecimento da licitante convocada implicará na sua desistência, e o sujeitará às penalidades previstas nos arts. 81 e 87 da Lei nº 8.666/93 (e alterações). Neste caso, o Órgão Gerenciador poderá convocar as remanescentes, na ordem de classificação do pregão, para aceitar o objeto e fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou então, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

1.3.2 - DA ENTREGA DO OBJETO

1.3.2.1 - O objeto deste pregão deverá ser concluído totalmente em até 60 (sessenta) dias, após a emissão da Autorização de fornecimento, incluindo a entrega dos equipamentos, montagem e regularização junto à concessionária de energia elétrica CELESC, e deve ser acondicionado adequadamente, de forma a garantir completa segurança durante o transporte.

1.3.2.2 - A entrega deverá ser feita na sede das Escolas da Rede Municipal de Ensino no Município de Matos Costa.

1.3.2.3 As entregas serão mediante a Nota de Autorização de Despesa/Nota de Empenho e deverão ocorrer no local especificado, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 12hn e das 13:30h às 17:30h, ficando a vencedora obrigada também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado.

1.3.2.4 - As entregas serão parceladas, conforme necessidade do órgão solicitante.

1.3.2.5 - A Divisão competente do Órgão Gerenciador e/ou do Órgão Participante designará o funcionário para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do fornecimento dos objetos, o qual se manifestará antes da realização do pagamento à respectiva beneficiária, sobre o desempenho da mesma, no cumprimento de suas obrigações.

1.3.2.6 - Os objetos serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega no Órgão Gerenciador e/ou Órgão Participante, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas no Edital e constantes na(s) proposta(s) vencedora(s);

b) Definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos objetos e consequente aceitação.

1.3.2.7 - Os objetos serão recusados:



- a) Se entregues com especificações diferentes das contidas na proposta da Licitante Vencedora;
b) Se entregues com qualquer defeito de fabricação.

1.3.2.8 - Caso não cumprido as exigências deste Edital, a Licitante Vencedora será comunicada a retirar o objeto no local de entrega e no prazo de 01 (um) dia a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, da sua proposta e da Ata de Registro de Preços, sem nenhum ônus para o Órgão Gerenciador e/ou Órgão Participante.

1.3.2.9 - Nesta hipótese será suspenso o pagamento até que seja sanada a situação, no prazo determinado pelo Órgão Gerenciador, independente de aplicação de sanções cabíveis, podendo esta determinar o cancelamento do item da Ata de registro de Preços.

1.4 - DAS CONDIÇÕES:

1.4.1 - É vedada a participação:

- a) De empresas reunidas em consórcios;
b) De empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por elas instituídas e mantidas;
c) De empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de Matos Costa;
d) De empresas sob processo de falência.

1.5 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

1.5.1 - Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que **QUISEREM** participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

1.5.2 - A condição de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada mediante apresentação (**fora dos envelopes**) da seguinte documentação:

1.5.2.1 - Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou;

1.5.2.2 - Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou;

1.5.2.3 - Microempreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Microempreendedor Individual ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

1.5.2.4 - Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação: Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>).

1.5.3 - Os documentos exigidos nos subitens 1.5.2.1, 1.5.2.2, 1.5.2.3 e 1.5.2.4 deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação e acompanhados da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO, conforme o modelo do **Anexo IV** do presente Edital.

1.5.4 - Os documentos para fins de comprovação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão ser apresentados **FORA DOS ENVELOPES**, no ato de **CRENCIAMENTO** das empresas participantes.

1.5.5 - A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.



2 - DO CREDENCIAMENTO

- 2.1 - Na data, hora e local designados para início do credenciamento, serão chamados os representantes das empresas licitantes os quais deverão apresentar à Pregoeira documento que comprove a existência dos necessários poderes para representar a empresa, formular propostas verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhado de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.
- 2.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- No caso do representante ser sócio-gerente ou diretor da empresa, o mesmo deverá apresentar o Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto da mesma, **NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM NOME DA EMPRESA.**
 - Caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, ou termo de credenciamento (conforme modelo constante no edital), **COM FIRMA RECONHECIDA DO OUTORGANTE. DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DA LETRA "A" DESTE CAPÍTULO,** a fim de comprovar os poderes do outorgante.
- 2.3 - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo.
- 2.3.1 - Se for Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte- EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.
- Obs.: A declaração contida no item 2.3 deverá acompanhar os documentos do credenciamento, fora dos envelopes.**
- 2.4 - A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO, a qual será retida pela Equipe de Apoio e juntada ao processo.
- 2.5 - Apenas a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este efeito, apenas **01 (um)** representante por licitante interessada.
- 2.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 2.7 - Por motivo de força maior ou quando da necessidade de realização de nova sessão pública, a empresa poderá credenciar novo representante legal, desde que este atenda às condições de credenciamento.
- 2.8 - A não comprovação de que o interessado possui poderes para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, ainda, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, participando do certame tão somente com sua proposta escrita.
- 2.9 - Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do Pregão.
- 2.9.1 - Ultrapassado o prazo acima previsto, estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 2.10 - Todos os documentos referente a **COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE e de CREDENCIAMENTO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou ainda, fotocópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO.** Não serão aceitas cópias de documentos.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 3.1. A proposta e os documentos exigidos deverão ser apresentados no dia e horário designados para abertura da sessão, sendo que os envelopes que não forem apresentados pessoalmente ou por representante credenciado ou via remessa postal, deverão ser protocolizados no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Matos Costa até o horário estabelecido para a abertura da sessão, em envelopes separados, fechados e



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

lacrados, contendo a identificação clara e visível da razão social do proponente, número do Pregão e com os seguintes dizeres externos:

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
ENVELOPE Nº 01
PREGÃO PRESENCIAL Nº /2020
REGISTRO DE PREÇOS
PROPOSTA
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)



MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
ENVELOPE Nº 02
PREGÃO PRESENCIAL Nº /2020
REGISTRO DE PREÇOS
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

4 – DA PROPOSTA

4.1 - O Envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

4.1.1 - A proposta em 01 (uma) via, original, preenchida sem emendas, rasuras ou entrelinhas, de forma legível, **CONFORME FORMULÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**, devendo constar as seguintes informações:

a) Razão Social da empresa, endereço, e-mail e nº do CNPJ da proponente;
b) Valor total de cada item, discriminando seu valor unitário em moeda corrente nacional, sendo admitidas apenas **02 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA**, onde estejam incluídas todas as despesas, inclusive com impostos, fretes, entregas, carga e descarga; **Caso os proponentes apresentem valores totais com 03(três) ou mais casas decimais após a vírgula, a Pregoeira considerará apenas as 02 (duas) primeiras.**

c) O nome comercial (marca) dos itens ofertados;

d) Assinatura do representante legal da empresa;

e) O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento;

4.1.2 - **CD ou PEN DRIVE** contendo o arquivo do software "Betha Auto Cotação", conforme o disposto no subitem 4.3 deste Edital (facultativo).

4.1.3 - **Dados bancários:** nome do banco, nº da agência e nº da conta corrente em nome da proponente, conforme Anexo V.

4.1.4 - *As empresas que não se fizerem representadas e não possuírem cadastro atualizado no Município de Matos Costa deverão apresentar, juntamente com a proposta, documento que comprove que a pessoa que assinou a proposta possua poderes para representar a empresa licitante, sob pena de desclassificação.*

4.2 - Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total do item cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

4.3 - Para maior comodidade, o Município disponibilizará aos licitantes formulário proposta para preenchimento através do software "Betha Auto Cotação - Versão 2.025", cujo programa está disponível para download na página do Município de Matos Costa, no endereço <http://www.matoscosta.sc.gov.br/> no menu Licitações, no link Betha Auto Cotação.



4.3.1 - As empresas interessadas, após download do software, deverão utilizar o arquivo "Auto Cotação PR 25/2020", disponibilizado juntamente com o edital no site do Município.

4.3.2 - Ao utilizar o programa as empresas licitantes deverão preencher corretamente todos dados do fornecedor solicitados pelo sistema, tais como: razão social, endereço completo, tipo de empresa, CNPJ, Inscrição Estadual, telefone, nome do representante legal e cargo.

4.3.3 - Depois de preenchidos os valores e as marcas no software referido no item anterior, o licitante deverá imprimir sua proposta, a qual deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no respectivo envelope, acompanhada de mídia.

4.3.4 - No caso de divergência de dados entre a proposta escrita e a contida na mídia, prevalecerá a escrita.

4.3.5 - O CD ou PEN DRIVE contendo a planilha eletrônica deverá estar dentro do envelope da proposta.

4.3.6 - A apresentação de proposta através do software "auto cotação" não é obrigatório, caracterizando-se em recurso para facilitar o preenchimento das propostas. Não será desclassificado o proponente que não enviar CD/DISQUETE/PEN DRIVE contendo a planilha eletrônica.

4.4 - Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

4.5 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6 - A validade da proposta é de 90 (noventa) dias, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - A documentação deverá ser apresentada no ENVELOPE nº 02, em 01(uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião, devendo constar os seguintes documentos de habilitação:

5.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;

5.2.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Caso os documentos exigidos nos itens 5.2.1 a 5.2.4, já tenham sido apresentados pela licitante no ato do credenciamento, a mesma fica desobrigada de apresentá-los no Envelope nº 02 - Da Habilitação.

5.2.5 - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade), assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo.

5.2.6 - Declaração de que não pesa contra si declaração de inidoneidade nos termos do artigo 87, inciso V e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo.



5.3 – HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

- 5.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 5.3.2 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em vigor;
- 5.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente, em vigor;
- 5.3.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do proponente, em vigor;
- 5.3.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em vigor;
- 5.3.6 - Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em vigor (caso esta não esteja abrangida na Certidão de Débitos Relativos aos tributos e à Dívida Ativa da União);
- 5.3.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br/certidao), em vigor.

5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 5.4.1 – Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 5.4.2 - Considerando a implantação do sistema *eproc* no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema *eproc* quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

5.5 - QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

- 5.5.1 - A licitante deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do estado de origem, que comprove sua habilitação para o exercício das atividades relativas aos serviços objeto do presente Termo de Referência, contendo obrigatoriamente, o registro do responsável técnico da área de Engenharia Elétrica.
- 5.5.2 - A comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante deverá ser feita mediante a apresentação de pelo menos um atestado técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional habilitado responsável técnico pelo serviço, que comprove que a empresa executou serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectada à rede (on-grid), vedado expressamente a apresentação de atestados e CATs de sistemas fotovoltaicos com potência inferior a 25,4 Kwp, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais.

5.6 - QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

- 5.6.1 - A licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na dada prevista para entrega da proposta, profissional habilitado de nível superior Engenheiro Eletricista, detentor de atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este conselho, que comprove ter o profissional executado para órgão ou ente da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, o serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de gerador solar fotovoltaico do tipo conectado à rede (on-grid) com capacidade mínima de 25,4 kwp, vedado expressamente a apresentação de CATs de sistema solar fotovoltaico com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais.
- 5.6.2 - O responsável técnico deve ter registro no CREA sendo exigida a apresentação de certidão de registro correspondente quando da execução do serviço.



5.6.3 - A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional

Obs. – Os documentos exigidos nos itens 5.2.1 a 5.2.4, 5.3.1 a 5.3.7 e 5.4.2, poderão ser substituídos pelo CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município de Matos Costa em vigor, ORIGINAL OU AUTENTICADO, contendo todos os documentos dentro do prazo de validade. No caso de documentos com prazo de validade vencido, a licitante poderá anexar junto ao CRC, no envelope documentação, os documentos atualizados na forma de **cópia reprográfica autenticada**. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio.

5.7 - Todos os documentos referente a **HABILITAÇÃO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de fax-simile ou ilegíveis.

5.8 - No caso de apresentação de documentos e/ou certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão dos mesmos.

5.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após este período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

5.10 - As Microempendedoras Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no presente Edital.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme exposto no item 02.

6.2 - Depois de verificadas as credenciais será declarada aberta a sessão e o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes distintos, a proposta e os documentos exigidos para habilitação, devidamente lacrados e identificados, conforme disposto no item 05.

6.3 - Havendo remessa via postal dos envelopes, a licitante não credenciada pessoalmente, não poderá participar da fase lances, permanecendo com sua proposta escrita.

6.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.5 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida a verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço.

6.6 - A análise das propostas visará o atendimento às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.6.1 - Serão desclassificadas as propostas desconformes com as diretrizes e especificações prescritas neste Edital, conforme inciso I do art. 48 da Lei de Licitações, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou excessivos e financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação.

6.6.2 - Não serão motivos de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o atendimento da proposta, que não venham causar prejuízo à Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.



- 6.7 - Verificada a conformidade, o Pregoeiro classificará preliminarmente o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.
- 6.8 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 6.9 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos preços.
- 6.10 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 6.11 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 6.12 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 6.13 - A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais.
- 6.14 - Poderão ser ofertados lances intermediários, na hipótese da licitante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, que ficarão registrados em Ata, inclusive, para definir a ordenação das propostas, depois de concluída a etapa de lances.
- 6.15 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 6.16 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 6.17 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.
- 6.18 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições de habilitação.
- 6.19 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 6.20 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do proponente, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 6.21 - Nas situações previstas nos itens 6.16, 6.17 e 6.20, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.22 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).
- 6.23 - Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 05 deste Edital.**
- 6.24 - A data a ser considerada para a análise das condições de habilitação, na hipótese de haver outras sessões, será aquela estipulada para o recebimento dos envelopes, devendo, contudo, serem sanadas, anteriormente à contratação, quaisquer irregularidades a elas referentes e que se apresentarem após aquela data.



6.25 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

6.26 - O Pregoeiro poderá a qualquer momento da sessão, quando julgar necessário, definir parâmetros ou porcentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, estabelecer tempo para o oferecimento dos lances verbais bem como permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.27 - Não serão aceitas cópias de documentos obtidos por meio de aparelho fax-símile (FAX) e tão pouco cópias de documentos ilegíveis em nenhuma das fases do certame.

6.28 - DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPREENADORAS INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – LEICOMPLEMENTAR 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

6.28.1 - Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº147/2014, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempreendedoras Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

6.28.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempreendedoras Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

6.28.3 - No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação da Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 6.28.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.28.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempreendedoras Individuais, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.28.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

6.28.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 6.28.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.28.5 - O disposto no subitem 6.28.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.28.6 - A Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.28.7 - A Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.28.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

6.28.7.2 - Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata a cláusula anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



6.28.7.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 6.28.7.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços, ou revogar a licitação.

6.28.8 - A empresa que não comprovar a condição de Microempreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no ato de credenciamento, conforme o subitem 1.4 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

7 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 - O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital.

8 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1 - Decairá do direito de impugnar o Edital aquele que não fizer em até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a realização do Pregão no horário das 08h00min as 12h00min e das 13h:30min as 17h:30min, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, devendo apresentá-la junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, ressaltando que não serão aceitas impugnações por meio eletrônico (e-mail ou fax).

8.2 - Caberá o Pregoeiro, auxiliada pela unidade requisitante, decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

8.3 - Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.4 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

8.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

8.6 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados. www.matoscosta.sc.gov.br.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

9.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e será dirigido ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo ao Prefeito, devidamente informado, para apreciação e decisão.

9.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será o resultado da licitação submetido ao Sr. Prefeito Municipal, autoridade competente que homologará e fará a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

9.6 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de descumprimento das obrigações assumidas.



10 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento do objeto do presente Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços.

10.2 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, serão convocados os licitantes vencedores, dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

10.3 - O licitante que, convocado para assinar a Ata deixar de fazê-lo no prazo fixado ou não manter as mesmas condições de habilitação, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo de cominações a ele previstas neste Edital, sendo dela excluído.

10.4 - Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar a Ata no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município.

10.6 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.7 - A administração da Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão caberá ao Departamento de Compras do Município de Matos Costa, que deverá realizar periodicamente pesquisa de mercado com o objetivo de comprovar a vantajosidade da compra.

10.8 - O serviço será efetuado mediante expedição de Autorização ou outro documento equivalente.

10.9 - A critério do Órgão Gerenciador, o prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária.

10.10 - No interesse do Órgão Gerenciador, sobre o valor total efetivamente adquirido por meio da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, poderá haver acréscimo ou redução de até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou a supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte, para a licitante vencedora, direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.11 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 6 (seis) meses, contado a partir de sua assinatura.

10.12 - Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

10.13 - O Órgão Gerenciador não estará obrigado a adquirir o objeto deste PREGÃO da detentora da Ata de Registro de Preços.

11 – DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

11.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega e mediante apresentação da Nota Fiscal (eletrônica) no Setor de Compras e Licitações do Município, localizado na Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Centro, Matos Costa, SC, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

11.3 - O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do Processo Licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.



- 11.4 - Não serão efetuados em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários ou em espécie.
- 11.5 - A Nota Fiscal deverá ser emitida CONFORME Autorização de fornecimento com indicação do CNPJ específico, indicado na Mesma e deverá constar da nota fiscal o nome do banco, agência e o N° da conta bancária receptora do depósito, e/ou outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.
- 11.6 - De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, fica o FORNECEDOR obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1- A, quando for o caso.
- 11.7 - O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: compras@matocosta.sc.gov.br, para seu devido pagamento.
- 11.8 - O MUNICÍPIO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos, etc, devidas pela licitante vencedora, previstos em lei ou nos termos deste Pregão Presencial.
- 11.9 - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.
- 11.10 - O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 11.12 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.14 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.
- 11.15 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021.

13 - DAS PENALIDADES

- 13.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.
- 13.2 - De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.
- 13.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (Cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.



13.4 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao(s) FORNECEDOR(ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s)FORNECEDOR(ES) sujeito(s)à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º(sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

13.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.6 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços,comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Matos Costa, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período,sem prejuízo das multas previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

13.8 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.9 - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

14.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a fornecer e instalar os equipamentos, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

14.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

14.3 - A licitante vencedora deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

14.4 - Os itens deverão ser entregues após a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras, diretamente no local indicado pelo setor, conforme necessidade e solicitação do Município, de acordo com as informações contidas no item 1.3.2 do edital.



15 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a licitante(s) vencedora(s) terá validade de **06 (seis) meses** contados a partir da assinatura da mesma.

15.2 - Durante a validade do registro de preços o Município de Órgão Gerenciador e/ou Órgão Participante não ficará obrigada a comprar todo o quantitativo objeto deste Pregão exclusivamente pelo registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, assegurando ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

16 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

16.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

c) ESCLARECEMOS QUE NÃO SERÃO ACEITOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ANTES DO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

d) A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado à época vigente.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o fornecedor:

17.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.1.2 - Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração sem justificativa aceitável;

17.1.3 - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.1.4 - Tiver presentes razões de interesse público.

17.1.5 - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

17.1.6 - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.2 - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.



17.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

17.4 - Caberá rescisão do presente instrumento caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

17.5 - A licitante vencedora reconhece os direitos do Órgão Gerenciador, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

18 – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) do(s) servidor(es) designado.

18.2 - Caberá ao(a)s servidor(a)(es) designado(a)(s) verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado sobre eventuais irregularidades, para que o mesmo tome as providências cabíveis.

19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - As razões da impugnação e as manifestações de recursos administrativos não serão aceitas via e-mail ou fax, devendo as mesmas serem protocolizadas no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

19.2 - Todos os documentos referentes à **COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDORA INDIVIDUAL, MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de fax-símile ou ilegíveis.

19.3 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

19.4 - O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art.65 da Lei nº 8.666/1993.

19.5 - Após a declaração de vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.

19.6 - No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal para adjudicação e homologação.

19.7 - O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, devidamente credenciado, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.9 - Este Registro de Preços Registro de Preços Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizado por Órgãos ou Entidades de qualquer esfera da Administração Pública, independentemente da condição de órgão participante do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, até o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo inicialmente previsto, desde que devidamente comprovada a vantagem e o cumprimento das exigências da legislação vigente;

19.10 - Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no período das 08h00min às 12h00min e das 13h:30min as 17h:30min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Matos Costa, na Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Centro, Matos Costa, SC, ou pelo telefone (49), 3572 1111 no mesmo horário.

19.11 - Fazem parte do presente Edital:

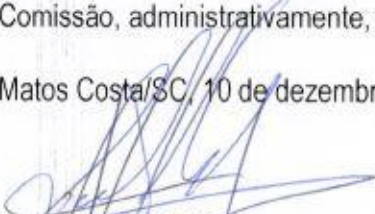


- Anexo I** – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de Credenciamento;
Anexo III – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
Anexo IV – Modelo de Declaração que não emprega menores;
Anexo V – Modelo da declaração de enquadramento como MEI, ME ou EPP;
Anexo VI – Dados bancários da licitante;
Anexo VII – Modelo de Declaração de Idoneidade;
Anexo VIII - Modelo de declaração que não ocupa cargo político em nenhuma das esferas (federal, estadual, municipal).
Anexo VI – Proposta de Preços
Anexo IX - Minuta da Ata de Registro de Preços;
19.12 - Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.
19.13 - O Edital, relativo ao objeto desta licitação, encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações junto à Prefeitura Municipal e no site do Município: www.matoscosta.sc.gov.br.

20 - DO FORO

20.1 - Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão, administrativamente, ou no foro da Comarca de Porto União/SC, se for o caso.

Matos Costa/SC, 10 de dezembro de 2020.


RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: Lei 10.520/02, art. 3º, II.

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTES JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

1.1.1 - O projeto técnico deve prever a instalação de 1 (um) sistemas de geração de energia solar fotovoltaica sobre o telhado, totalizando 25,4 kWp de inversor, sendo que este deverá ser instalado na unidade consumidora priorizando a melhor eficiência, gerando aproximadamente 2500l kwh/mês

1.1.2 - **JUSTIFICATIVA:** A instalação de energia solar nas escolas traz grandes benefícios à educação. Mais do que a economia pela redução das despesas de conta de luz, a instalação de painéis fotovoltaicos representa uma oportunidade para que os alunos conheçam de perto o funcionamento de uma fonte moderna, limpa e renovável. Além de economizar com a conta de energia, instalar placas solares fotovoltaicas nas escolas tem um efeito pedagógico. Ao verem na prática o funcionamento de um sistema de geração de energia limpo, eficaz e eficiente, os alunos percebem que a sustentabilidade não é apenas possível como é financeiramente interessante. Em outras palavras, o uso inteligente dos recursos traz ganhos em qualidade e finança. Além dos benefícios de cortes de gastos com conta de energia e segurança energética, a instalação de placas fotovoltaicas têm incentivos fiscais. Assim, o investimento na tecnologia é interessante social, econômica e ambientalmente. Com essa redução de custos, é possível investir onde realmente importa: modernizar os equipamentos, treinar a equipe, melhoria na infraestrutura dos espaços, realizar eventos e oferecer mais atividades educativas aos alunos!

1.1.3 - Dos geradores Fotovoltaicos devem ser projetados para ser instalados e colocados em funcionamento seguindo rigorosamente o estabelecimento pela Resolução Normativa 414/2010, 482/2012, 676/2015, 687/2015, 768 e 800/2017 da ANEEL.

1.1.4 - O projeto técnico deve ser composto por 01 sistema fotovoltaico, com potência de painéis adequada a cada inversor, totalizando 25,4 kwp de potência dos painéis.

1.1.5 - O projeto técnico deve beneficiar todas as unidades consumidoras das escolas do município.

1.1.6 - Os sistemas fotovoltaicos projetados devem apresentar perdas globais máximas de 20%. Como perdas globais, entende-se todos os fatores que acarretam diminuição na energia efetivamente entregue pelo sistema em relação ao valor ideal, ou seja, considerando apenas a potência pico do sistema e as HSP (horas de sol pico) da instalação. Fatores de perdas típicos são: perdas do inversor = CC/CA; de sombreamento; sujeiras; coeficientes de temperatura, entre outros.

1.1.7 - Os painéis deverão ser projetados para serem instalados em telhado e os inversores em local adequado livre de umidade e chuva.

1.1.8 - O projeto deverá apontar a estrutura física existente nos locais a serem instalados bem como o ponto de conexão com a distribuidora.



1.2 - Dos módulos fotovoltaicos

- 1.2.1 - O gerador fotovoltaico deverá ser composto por módulos idênticos, ou seja, com mesmas características elétricas, mecânicas e dimensionais.
- 1.2.2 - Os módulos fotovoltaicos devem ser constituídos por células fotovoltaicas do mesmo tipo e modelo, feitos de silício monocristalino.
- 1.2.3 - Os módulos devem contar com certificação INMETRO.
- 1.2.4 - A fabricante dos módulos deve possuir certificação ISO 9001, ISO 14001 e IEC 61215:2005.
- 1.2.5 - Os módulos devem ser resistentes à corrosão por salinidade (IEC 61701:200), amônia, poeira e areia.
- 1.2.6 - Os módulos devem ter eficiência mínima de 18,60% em STC (Standard Test Conditions: AM 1,5, 1000W/m², 25°C).
- 1.2.7 - Variação máxima de potência nominal em STC de 3%.
- 1.2.8 - Os módulos devem ter três diodos de by-pass.
- 1.2.9 - Os conectores devem ter proteção mínima IP67.
- 1.2.10 - As caixas de junção devem ter proteção mínima IP67.
- 1.2.11 - Com o inversor injetando normalmente na rede e em ausência de sombras, os módulos fotovoltaicos não devem exibir nenhum fenômeno de ponto quente (hot spot).
- 1.2.12 - Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima.
- 1.2.13 - Os módulos devem possuir garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 10 anos.
- 1.2.14 - Os módulos devem possuir garantia de rendimento de 25 anos, com nível máximo esperado de degradação da potência de 20% durante esse período.

1.3 - Dos inversores Fotovoltaicos tipo ON-GRIDS.

- 1.3.1 - Todos os inversores devem ser do tipo ON-GRID, ou seja, projetados para operarem conectados à rede da concessionária local de energia elétrica na frequência de 60 Hz e seguindo os parâmetros de tensão locais.
- 1.3.2 - Deve apresentar eficiência máxima de pico superior a 98,0%, nível de eficiência europeia superior a 97,4% e eficiência MPTT de 99,9%.
- 1.3.3 - Os inversores devem possuir módulo de comunicação wi-fi integrado e sistema de monitoramento incluso.
- 1.3.4 - Devem ser capazes de operar normalmente à potência nominal, sem perdas expressivas, na faixa de temperatura ambiente de -25° C a 60°C.
- 1.3.5 - A topologia do inversor não deve possuir transformador.
- 1.3.6 - A distorção harmônica total de corrente (THDI) do inversor deve ser maior que 3%
- 1.3.7 - A tensão de saída dos conjuntos de inversor deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionaria de energia local.
- 1.3.8 - Os inversores projetados devem atender a todos os requisitos e estar configurados conforme as normas TüVSüD: IEC 61727:2004; IEC 62116:2004; IEC 61683:1999; EM 50530:2010/A1:2013; IEC 60068-2-1:2007; IEC 60068-2-2:2007; IEC 60068-2-14:2009; IEC 60068-2-27:2008; IEC 60068-2-64:2008; IEC 60068-2-30:2005, IEC 62109-1 (ed. 1); IEC 62109-2 (ed. 1); IEC 62109-1:201
- 1.3.9 - Os inversores devem atender a todos os requisitos e estar configurados conforme as normas TüVRheinland: EN61000-6-2:2005 e EM 61000-6-4:2007+A1.
- 1.3.10 - Os inversores devem ter capacidade de operar com fator de potência entre 0,92 e 1,0, que permita ser ajustado através de um software.
- 1.3.11 - Os inversores devem incluir proteção contra o funcionamento em ilha (antiilhamento), respeitando a resposta aos afundamentos de tensão.



1.3.12 - Os inversores devem incluir proteção contra reversão de polaridade na entrada CC, e no circuito na saída CA., sobretensão e surtos em ambos os circuitos, CC. E CA., proteção contra sobrecorrente na entrada e saída além de mecanismo automático para resfriamento.

1.3.13 - Os inversores devem ser conectados à dispositivos de proteção adequados, visíveis e acessível para a proteção da rede e da equipe de manutenção.

1.3.14 - O quadro de paralelismo dos inversores de cada sistema fotovoltaico, disjuntores de proteção CA e CC barramentos associados, cabos de entrada e saída devem ser dimensionados e instalados em conformidade com NBR 5410.

1.3.15 - Os inversores devem ter grau de proteção mínimo de acordo com a IEC 60529, sendo totalmente protegido contra poeira e respingos d' água.

1.3.16 - Os inversores devem possuir um consumo interno noturno menor que 1W.

1.3.17 - Os inversores devem possuir display digital para configurações e amostragem de dados.

1.3.18 - Os inversores devem emitir ruído típico menos que 60 dBA.

1.3.19 - Os inversores devem possuir garantia de no mínimo 07 anos.

1.3.20 - Deve ser apresentado documentação técnica específica para a comprovação das exigências acima.

1.4 - Dos Armários de Conexão (String box)

1.4.1 - A associação em paralelo das séries de módulos fotovoltaicos deve ser montada em armários feitos de metal ou polietileno com grau de proteção Ip65, abrigadas em construção de alvenaria com isolamento adequada, incluindo os seguintes elementos: a) Disjuntores de corrente contínua 4 polos 1200Vcc/16A; b) Disjuntores de corrente alternada curva C; c) dispositivos de Proteção contra Surtos para corrente contínua (DPS-CC), entre ambos os polos do paralelo e entre eles e o sistema de aterramento, dimensionados conforme as características do sistema instalado e seguindo uma Norma NBR IEC 61643-1 d) dispositivos de Proteção Contra Surtos para corrente alternada (DPS-CA), entre ambos os polos de paralelo e entre eles e o sistema de aterramento, dimensionamento conforme as características do sistema instalado e seguindo a Norma NBR IEC 61643-1. e) barramentos individualizados de neutro a terra.

1.4.2 - Dentro dos armários de conexão, os elementos devem ser dispostos de tal forma que os polos positivos e negativos fiquem tão separados quanto possível, respeitando, minimante, as distâncias requeridas pelas normas aplicáveis. Isso é para reduzir o risco de contatos diretos.

1.4.3 - Os condutores internos do armário de conexão devem seguir as cores padronizadas vermelho-positivo e preto-negativo para os elementos de corrente contínua.

1.4.4 - Os condutores CC. Desde o armário de conexão até a entrada dos inversores devem ser acondicionados em eletro-calhas, canaletas ou eletroduto antifogo.

1.4.5 - Deve ser previsto um armário feito de metal ou polietileno com grau de proteção IP 65 individualizado para conexão CA do sistema, com barramentos correntemente dimensionados para o somatório de corrente de saída dos inversores.

1.5 - Do cabeamento de Correte Contínua (CC).

1.5.1 - Os cabos elétricos correspondentes a parte e corrente contínua, devem apresentar as seguintes características: a) condutor de cobre estanhado, tempera mole, encordoamento classe 5 extra flexível. b) Isolação de cobertura composto de termo fixo livre de halogênio, resistente a U.V. c); atender os requisitos de desempenho das normativas EM 5618 e NBR 16612. d); Devem apresentar a propriedade de não propagação de chama, e auto extinção do fogo e suportar temperaturas operativas de - 15°C até 90°C; e); Devem apresentar tensão de isolamento CA. De até 1kV e CC. de até 1,8kV.f); Devem apresentar vida útil de 25 anos.

1.5.2 - Deve ser apresentado documentação técnica específica para a comprovação das exigências acima.



1.6 - Do cabeamento de Corrente Alternada (CA).

1.6.1 - Os cabos elétricos correspondentes a parte de corrente alternada, devem apresentar as seguintes características a) condutor composto de fios nu com tempera mole e encordoamento no mínimo classe 4; b) isolamento de HEPR 90° compostas de termo fixo extrudado a base de etilenopropileno; c) cobertura de PVC/ST2 90°; d) atender os requisitos de desempenho das normativas NBR 7286; e) Devem apresentar a propriedadee não propagação de chama, de auto extinção do fogo suportar temperaturas operativas de -15°C até 90°C; f) devem apresentar tensão de isolamento 0,6/1kv.

1.7 - Dos conectores.

1.7.1 - Os conectores devem seguir o padrão MC4 com corrente de trabalho de 30A.

1.7.2 - Os conectores devem possuir certificação TÜV e UL.

1.8 - Estruturas de Fixação de Módulos.

1.8.1 - As estruturas de fixação deverão ser do tipo telhado.

1.8.2 - As estruturas de fixação deverão ser de alumínio anodizado, corretamente aterrados.

1.9 - Da Alocação dos Geradores Fotovoltaicos.

1.9.1 - Os inversores e armários de conexão (strings boxes) deverão ser instalados em locais abrigado pertencente à edificação que sustenta o telhado onde serão instalados os módulos fotovoltaicos.

1.10 - Sistema de Gerenciamento Remoto.

1.10.1 - O sistema de monitoramento web e celular deverá coletar e monitorar todos os dados dos sistemas fotovoltaicos instalados.

1.10.2 - Detalhamento dos sistemas com as seguintes informações: a) a energia gerada (diária, mensal, anual) em kWp; b) tensão e corrente CC por inversor; c) tensão e corrente CA por inversor; d) potência em kW CA de saída por inversor; e) gerenciamento de alarmes; f) registro histórico das variáveis coletadas de, ao menos, 12 meses.

2 - EM RELÇÃO ÀS UNIDADES GERADORAS

O PROJETO TÉCNICO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES QUE SEGUEM:

2.1 - Considerações gerais

2.1.1 - O projeto técnico deve apontar se houver necessidade de adequação da entrada de serviço de acordo com a potência instalada de cada sistema de geração de energia fotovoltaica, bem como apontar todas as modificações pertinentes à implantação do sistema.

3- OBSERVAÇÕES, CONDIÇÕES E ORIENTAÇÕES ADICIONAIS

3.1 - Deverão ser descritos todos os materiais e equipamentos necessários, além da mão-de-obra especializada visando à execução dos serviços de instalação, projeto e comissionamento do sistema fotovoltaico respectivamente.

3.2 - A empresa vencedora deverá agendar previamente as visitas para orientações adicionais necessárias a realização do projeto técnico.

3.3 - A empresa vencedora terá 30 dias a contar da data da homologação da licitação para entregar o projeto técnico concluído junto à Prefeitura Municipal em duas vias impressas e de forma eletrônica.

3.4 - A empresa vencedora deverá realizar junto à concessionária de energia – CELESC, como parte dos serviços do projeto técnico, a consulta de acesso e aprovação das usinas a serem instaladas. Em caso de necessidade de fazer ajuste de carga e estrutura de rede da concessionaria, apresentar projeto aprovado junto a CELESC.



3.5 - A empresa vencedora deverá apresentar declaração de garantia de potência instalada. Esta declaração deverá ser registrada em cartório.

3.6 - A empresa deverá ter em seus quadros ou a seu serviço, profissionais legalmente habilitados e registrados junto ao CREA ou a outros conselhos profissionais respectivos, sendo que estes profissionais serão os responsáveis técnicos pela elaboração do Projeto Técnico.

4 - MEMORAL DESCRITIVO DO PROJETO

Deverá constar:

- 4.1 - Disposição dos equipamentos;
- 4.2 - Localizações dos inversores, caixas de conexão e painéis fotovoltaicos;
- 4.3 - Disposições de módulos fotovoltaicos;
- 4.4 - Listas de materiais do sistema;
- 4.5 - Folha de dados das certificações Inmetro, ISO, certificações internacionais;
- 4.6 - Memórias de cálculos.

5 - Valor Estimado da Contratação: Lei 10.520/02, art. 3º, III.

5.1 - Conforme cotações realizadas pela Secretaria de Educação, o valor estimado para futuras aquisições estima-se em: **R\$ 113.217,30 (cento e treze mil duzentos e dezessete reais e trinta centavos).**

6 - Critérios de Aceitação do Objeto: Lei 10.520/02 art. 3º I

- 6.1 - Verificações da conformidade do objeto licitado.
- 6.2 - Verificação do preço ofertado de cada item conforme proposta de preço.

7 - Condições de Recebimento do Objeto: Art. 73 a 76 da LGL – Lei 8.666/93.

- a) Provisoriamente, nos termos do art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal 8.666/93;
 - b) Definitivamente, nos termos do art. 73, inciso II, alínea "b", do dispositivo legal supracitado.
- 7.1 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela ata de registro de preços.
- 7.2 - É ressalvado ao Município o direito de devolução dos produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas nesta licitação, conforme especificações do item 1.1 do edital;
- 7.3 - A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da nota, sendo sua confirmação definitiva condicionada a conferência dos dados relacionados na nota fiscal com os produtos efetivamente entregues, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

8 - Obrigações da Contratada e Contratante: Art. 3º, I da Lei 10.520/02.

- 8.1 - Conforme definidos no edital.

9 - DEMAIS INFORMAÇÕES PERTINENTES

- 9.1 - Encontram-se definidas no edital e seus anexos.



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020



ANEXO II

CRENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Matos Costa, na modalidade Pregão nº xx/2020 – Registro de Preços, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____, de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da empresa com firma reconhecida)

PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____, CNPJ nº _____
(razão social da Empresa) _____, sediada na _____ (endereço completo)
_____, declara sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

_____, _____, de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da empresa

Obs.: Esta declaração deverá estar fora dos envelopes 01 e 02.



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020



ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

_____, CNPJ nº _____,
(razão social da Empresa) sediada na _____ DECLARA que (endereço completo)
cumprido o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, não possuindo em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____, de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da empresa

PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____, de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

Obs.: Esta declaração deverá estar fora dos envelopes 01 e 02



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO VI



DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA Nº _____ CONTA CORRENTE Nº: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º: _____

CPF/MF N.º: _____

ENDEREÇO: _____



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO VII



DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____, CNPJ nº _____,

(razão social da Empresa)

sediada na _____ DECLARA que

(endereço completo)

não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

_____, de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da

PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO VIII

REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO QUE NÃO OCUPA CARGO POLÍTICO EM NENHUMA DAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL)

Eu _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ - Bairro _____, nesta cidade de _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei, **que não ocupo nenhum cargo político** no Serviço Público, quer seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, **cuja acumulação seja vedada**, conforme estabelece a Constituição Federal.

_____, de _____ de 2020.

(Assinatura do representante Legal da Empresa Proponente)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO IX



PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ CEP: _____
ESTADO: _____
FONE/FAX DA EMPRESA: _____ FONE/FAX DO REPRESENTANTE: _____
CNPJ Nº _____
CONTA CORRENTE NO BANCO _____ AGÊNCIA: _____

Edital Pregão Presencial nº xx/2020 - REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTA JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

| ITEM | UN | QUANT | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|----|-------|-----------|----------------|-------------|
| | | | | | |

Valor total da proposta R\$ _____ (_____). Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, frete, fiscais e comerciais etc. e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que o item ofertado atende à todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 90 - noventa - dias da data - limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____ (conforme edital)

Data: _____ \ _____ \ _____

Assinatura do representante legal da empresa.

Carimbo



PROCESSO LICITATORIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

ANEXO X

(MINUTA) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2020



Aos dias do mês de de 2020, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**, com sede à Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Matos Costa, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51, órgão "gerenciador" do presente Registro de Preços, neste ato representado pelo prefeito municipal o Sr. **RAUL RIBAS NETO**, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF nº, residente e domiciliado nesta cidade de Matos Costa, SC, denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na cidade de, neste ato representada pelo Sr., nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de, denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Processo Licitatório nº /2020, Pregão Presencial nº /2020 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Município, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, Lei nº 10.520/02 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O FORNECEDOR por força do presente instrumento obriga-se ao junto ao MUNICÍPIO DE MATOS COSTA A FORNECER OS PRODUTOS CONSTANTES DO REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTA JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

1.2 - Entregar produtos de qualidade e de acordo com as marcas apresentadas na proposta de preços apresentada no processo.

1.3 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o CONTRATANTE perante o FORNECEDOR e seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

2.1 – Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preço total e global de R\$ _____.

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega/instalação e mediante apresentação da Nota Fiscal (eletrônica) no Setor de Compras e Licitações do Município, localizado na Rua



Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Centro, Matos Costa, SC, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

3.3 - O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do Processo Licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

3.4 - Não serão efetuados em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários ou em espécie.

3.5 - A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Autorização de Fornecimento com CNPJ específico indicado no mesmo e deverá constar da nota fiscal o nome do banco, agência e o N° da conta bancária receptora do depósito, e/ou outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.

3.6 - De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, fica o FORNECEDOR obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1- A, quando for o caso.

3.7 - O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: compras@matocosta.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.8 - O MUNICÍPIO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos, etc, devidas pela licitante vencedora, previstos em lei ou nos termos deste Pregão Presencial.

3.9 - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

3.10 - O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.12 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.14 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.15 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.3 - Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento/instalação dos materiais;

4.4 - Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento, dos materiais;



4.5 - Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS/INSTALAÇÃO

5.1 - Os itens deverão ser entregues/instalados após a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras, diretamente no local indicado pelo setor, conforme necessidade e solicitação do Município, de acordo com as informações contidas no item 1.3.2 do edital.

5.2 - Todas as despesas referentes à entrega/instalação correrão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

5.3 - A não entrega/instalação dentro dos prazos estabelecidos no edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e o FORNECEDOR terá validade de **6 (seis) meses** contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;



e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3 – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (Cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de



modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Matos Costa, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 – Nenhum pagamento será processado à fornecedora penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30(trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 – A presente Ata está vinculada ao Processo Licitatório nº xx/2020, modalidade Pregão Presencial nº xx/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 – O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3 – O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 – A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(a)(s) servidor(a)(es) designados para tal.

14.2 – Caberá ao(a)(s) servidor(a)(es) designado(s) verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. A presente Ata será publicado na Imprensa Oficial a expensas do Contratante, conforme dispõe § único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Porto União, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias.

Matos Costa, _____ de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FORNECEDOR

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO.



Ref: Pregão Presencial n.º 25/2020

Trata-se de análise jurídica prévia de minuta de edital de licitação e respectivos anexos, na modalidade pregão presencial, tipo menor preço por item, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de sistema de microgeração de energia solar fotovoltaica, conforme termo de referência nas escolas do Município de Matos Costa.

Analisando os autos, constata-se que seguiu-se o recomendado pela Lei 10.520/2002 e Lei n.º 8.666/93.

Destarte, tenho que o processo licitatório encontra-se respaldado nas leis citadas, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame.

É o parecer.

S.M.J.

Matos Costa, 10 de dezembro de 2020.


Grasielle Barcelos Amaral

OAB/PR 30.357

Procuradora-geral

Matos Costa

PREFEITURA



Publicação Nº 2753889

AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2020

AVISO DE LICITAÇÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTA JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 22/12/2020.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do mesmo dia.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 3572-1121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 10 de dezembro de 2020 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

DECRETO 195/2020

Publicação Nº 2752454

DECRETO N.º 195/2020 – 10 de dezembro de 2020.
 ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E RECESSO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica :

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 23 e 24, e recesso nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2020, exceto os serviços considerados essenciais e por sua natureza não podem ser paralisados.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 10 de dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Gabriele Aparecida Bendlin
 Auxiliar Administrativo

Oderlaine N S Moraes
 Assistente Administrativo II

PORTARIA 597/2020

Publicação Nº 2753646

PORTARIA Nº 597/2020 – De 07 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TÉCNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, Designada para exercer a função como responsável do SETOR DE COMPRAR, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 23/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 25/2020 - PR

Processo Administrativo: 61/2020
Processo de Licitação: 61/2020
Data do Processo: 11/12/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTES JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONST

Fornecedor: VIVOLT ENGENHARIA LTDA
Endereço: Rua CONSELHEIRO MAFRA, 30
Cidade: Caçador - SC
CGC/MF: 31.616.453/0001-70

Código: 2870

Inscrição Estadual:



PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO Nr. 1

Declaramos que o fornecedor acima apresentou proposta e documentação as 08:35 horas do dia 22 de Dezembro de 2020, habilitando-se para participar do Processo Licitatório acima especificado.

Coloanino

Assinatura do Responsável

[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal
Matos Costa - SC

CONFERE COM O ORIGINAL

22/12/2020

locoanew





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



| | | | | |
|---|----------------------------------|---|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.616.453/0001-70 MATRIZ | | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 26/09/2018 |
| NOME EMPRESARIAL VIVOLT ENGENHARIA LTDA | | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VIVOLT ENGENHARIA LTDA | | | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *) | | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (Dispensada *) 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico (Dispensada *) 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação (Dispensada *) | | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | | |
| LOGRADOURO R CONSELHEIRO MAFRA | | NÚMERO 30 | COMPLEMENTO ***** | |
| CEP 89.500-127 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO CACADOR | UF SC | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO VOLNEY@VIVOLT.COM.BR | | TELEFONE (49) 9963-4660 | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/09/2018 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/12/2020** às **08:37:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

(Assinatura manuscrita)
(Assinatura manuscrita)
 1/1